

Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativo ao exercício de 2011, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia: A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - "ENTE" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 85/2002 - ANEEL, datado de 11 de dezembro de 2002, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 500 KV, 4º Circuito simples, incluindo a travessia do Rio Tocantins, com 218 km de extensão, com origem na subestação de Tucuruí (ampliação) e término na subestação de Marabá (ampliação), ambas no Estado do Pará e de 500 KV, 2º Circuito, com 246 km de extensão, com origem na subestação de Marabá, e término na subestação de Açailândia (ampliação), no Estado do Maranhão.

Sistema de transmissão: O sistema da ENTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia afere a sua receita em função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2011	2010
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100,00%	99,99%
A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado.		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D: Em 2011, a ENTE realizou os projetos: 1. Extração de pequenos blocos de potência nas proximidades de linhas de transmissão de alta tensão, 2. Tecnologia 2010, 3. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 4. Tecnologia de sensores em fibras ópticas para supervisão, controle e proteção de sistemas de energia elétrica, 5. Gestão 2011. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ente.com.br .		

Responsabilidade socioambiental:

Como forma de incentivo a cultura e ações sociais, a ENTE está participando do desenvolvimento de diversos projetos, dentre os quais destacamos: "Diferenças! - Fundação Dorina Nowill", "Sete Rios - Guela Cine Produções" e "Projeto Verdeporte - Instituto Verdecola", além de doações para 6 instituições nos estados do Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, como diversas "APAE's", "Lar Betânia" e "AACD".

Desempenho econômico-financeiro:

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2011 os resultados da Companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	R\$ 21.426	95.082
EBITDA	129.032	129.525
Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.		
A Diretoria		

Balancos Patrimoniais - 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado		Reclassificado
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.755	2.653	
Títulos e valores mobiliários	7	-	12.704	
Contas a receber ativo financeiro	8	174.960	158.629	
Impostos a recuperar	9	4.681	389	
Estoques		7.088	6.066	
Outras contas a receber		2.921	1.493	
		205.405	181.934	
Não circulante				
Aplicações financeiras		3.843	2.101	
Contas a receber ativo financeiro	8	388.681	399.463	
Outros ativos		1.598	1.409	
Imobilizado		86	104	
Intangíveis		257	316	
		394.465	403.393	
Total do ativo		599.870	585.327	
Passivo Circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	41.993	32.066	
Fornecedores		952	746	
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	14.721	11.150	
Dividendos declarados		791	44.005	
Provisão para compensação ambiental		369	369	
Taxas regulamentares	11	4.369	3.561	
Outras contas a pagar		2.095	3.243	
		65.290	95.140	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	134.341	123.257	
Adiantamento de clientes		4.414	462	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	29.388	29.002	
Outros passivos		3.575	1.254	
		171.718	153.975	
Patrimônio líquido				
Capital social		160.337	145.663	
Reservas de lucro		177.839	190.549	
Provisão de distribuição de dividendos adicionais		-	24.686	
Total do patrimônio líquido	14	362.862	336.212	
Total do passivo e patrimônio líquido		599.870	585.327	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado e dos Resultados Abrangentes Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10	
	Reclassificado	Reclassificado	
Reculta operacional líquida	15	143.398	137.570
Custo operacional			
Pessoal	(1.653)	(1.442)	
Material e serviços de terceiros	(6.350)	(5.693)	
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica	(764)	(696)	
Custo de desenvolv. de infraestrutura	-	11	
Outras	(351)	(392)	
	(9.118)	(8.212)	
Lucro bruto	134.280	129.358	
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	(2.338)	(1.674)	
Pessoal e administradores	(2.417)	(2.104)	
Depreciação e amortização	(4.976)	(3.932)	
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	129.300	125.426	
Despesas financeiras	16	(22.693)	
Receitas financeiras	16	1.862	
Lucro antes da CSLL e IR	108.473	108.752	
Imposto de renda e contribuição social	17	(13.005)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(386)	
	(13.391)	(13.721)	
Lucro líquido do exercício	95.082	95.031	
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,94	0,94	
Quantidade de ações ao final do exerc.	100.840.000	100.840.000	
No houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Proposta de distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	131.692	533	12.294	13.171	111.854	-	-	269.544
Aumento de capital	13.971	(533)	-	(13.171)	-	-	(267)	17.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	95.031	95.031
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal	-	-	4.752	-	-	-	(4.752)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(18.902)	(18.902)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	14.674	-	-	(14.674)	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(9.461)	(9.461)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	46.975	-	(46.975)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	145.663	-	17.046	14.674	158.829	-	-	336.212
Aumento de capital	14.674	-	-	(14.674)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	95.082	95.082
Destinação proposta à AGO:								
Reserva legal	-	-	4.753	-	-	-	(4.753)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(33.332)	-	-	(33.332)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(24.112)	(24.112)
Incentivo fiscal	-	-	-	16.705	-	-	(16.705)	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(10.988)	(10.988)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	13.838	24.686	(38.524)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14	160.337	-	21.799	16.705	139.335	24.686	362.862

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
	Reclassificado	Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operac.	108.473	108.752
Lucro antes da CS e IR	108.473	108.752
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	21	154
Despesa de juros e vend. s/empréstimos	22.10	17.948
Baixa de Ativos	(221)	(15)
	130.819	126.867
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	12.704	1.648
Contas a receber ativo financeiro	(5.549)	(8.450)
Impostos a recuperar	(4.292)	2.200
Estoques	(1.022)	(200)
Devedores diversos	(3.360)	(1.511)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	206	(72)
Tributos e contribuições sociais pagos	(9.565)	(14.358)
Taxas Regulamentares	808	928
Credores diversos	1.171	668
Adiantamento de clientes	3.952	-
Caixa liq. prov. das atividades operac.	125.872	107.790
Fluxos de caixa das ativ. de investim.		
Aplicações no imobilizado	(15)	158
Aplicações no intangível	(151)	(261)
Caixa liq. aplic. nas ativ. de investim.	(166)	(103)
Fluxos de caixa das ativ. de financiam.		
Adiantamento para futuro aum. de capital	-	(27.114)
Pagtos. de dividendos e juros s/cap. próprio	(111.514)	(29.980)
Empréstimos tomados e arrend. mercantil	190.000	(50.438)
Amortização e pago. de juros do financiam.	(191.900)	(107.532)
Caixa liq. aplic. nas ativ. de financiam.	(112.604)	(107.532)
Caixa total no início do exerc.	152	15
Saldo no início do exercício	2.653	2.498
Saldo no final do exercício	15.755	2.653
Aumento liq. no caixa e equival. de caixa	13.102	155
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

1. Contexto operacional: A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE (a "Companhia" ou "ENTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala D - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis: A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2 Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não fazer precisamente sentido quando apresentados.

2.3 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo no momento da aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo:** Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo. **3.1.2 Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com a ICP 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado. A Companhia classifica os saldos de Contas a receber - ativo financeiro, como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável. O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando o término do contrato de concessão. Conforme mencionado, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes. **3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual redução de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.4 Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transmitido, esse ativo financeiro não está apresentado no balanço. **3.2 Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição. **3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. **3.4 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. **3.4.1 Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos

seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.5 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.5.1 Liquidação de passivos financeiros:** A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço da Companhia, o somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos - se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Imposto de renda e contribuição social:** **3.7.1 Correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Concedente e a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A., regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ENTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida como premissa conservadora adotada pela Administração pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	558.092
Receita de operação e manutenção	14.926
Receita de remuneração dos ativos da concessão	139.289
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(148.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	563.641

	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	506	290
Imposto de renda - pessoa jurídica	2.037	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.038	-
PIS e COFINS	99	99
Outros	1	-
	<u>4.681</u>	<u>389</u>

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas:

	31/12/11		31/12/10	
	Circulante		Não circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total
HSBC	814	41.179	134.341	176.334
BNDES	-	-	-	155.323
	<u>814</u>	<u>41.179</u>	<u>134.341</u>	<u>176.334</u>
				<u>155.323</u>

Em 23 de fevereiro de 2011 a ENTE emitiu debêntures no valor de R\$ 190.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures. As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas. As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

	2013	2014	2015	2016
	41.336	41.336	41.336	10.333
				<u>134.341</u>

11. Taxas regulamentares:

	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	323	420
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	268	192
Taxa de fiscalização - ANEEL	3.778	2.949
	<u>4.369</u>	<u>3.561</u>

12. Tributos e contribuições sociais:

	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.648	3.970
PIS e COFINS	415	360
Contribuição Social - CSLL	8.248	6.451
ICMS	219	147
Outros	191	222
	<u>14.721</u>	<u>11.150</u>

Passivo não circulante

IRPJ e CSLL Diferidos (a)	29.388	29.002
---------------------------	--------	--------

a) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal. **13. Contingências:** A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificados como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 8, em processos trabalhistas, R\$ 973 em processos tributários e R\$ 198 em processos regulatórios.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.130
Imposto diferido reconhecido no resultado	2.872
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>29.002</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	386
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>29.388</u>

14. Patrimônio líquido: 14.1 Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 160.337, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
ALUPAR Investimento S.A.	50.431.144	50,011051%	50,011051%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	50.408.844	49,988937%	49,988937%
Membros do Conselho de Administração	12	0,000012%	0,000012%
	<u>100.840.000</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

14.2 Reserva de lucro: 14.2.1 Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. **14.2.2 Reserva de incentivo fiscal:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/02.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei nº foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia ENTE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 095/2005, em 75%. **14.2.3 Reserva de retenção de lucros:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

14.3 Dividendos propostos: A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 24.112, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da reserva legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 18.406. De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 10.988.

	2011
Lucro líquido do exercício	95.082
Constituição da reserva legal	(4.753)
Base de cálculo de dividendos	90.329
Incentivo fiscal	(16.705)
Juros sobre capital próprio	(10.988)
Dividendos intermediários	(24.112)
Reserva de lucros retidos	(13.838)
Destinação para dividendos	24.686

15. Receita operacional líquida: A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	154.215	147.450
Receita de Operação e manutenção	14.926	12.914
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	(11)
Receita de remuneração dos ativos da concessão	139.289	134.547
Deduções da receita operacional	(10.817)	(9.880)
PIS	(993)	(905)
COFINS	(4.584)	(4.221)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(3.820)	(3.480)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.420)	(1.274)
Receita operacional líquida	143.398	137.570

16. Receitas e despesas financeiras:

	31/12/11	31/12/10
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.858	1.846
Outros	4	87
	<u>1.862</u>	<u>1.933</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(22.065)	(18.645)
Outros	(628)	38
	<u>(22.693)</u>	<u>(18.607)</u>
Resultado financeiro	(20.831)	(16.674)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.988. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. **17. Imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/11	31/12/10
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	108.473	108.752
Juros sobre capital próprio	(10.988)	(9.461)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(14.223)	(2.258)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	83.262	78.033
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<u>28.309</u>	<u>26.531</u>

Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(151)	(12)
Variação cambial tratada por regime de caixa	2.038	417
Variação cambial tratada por regime de competência	12	(237)
Despesas ineditáveis	410	263
Outras	(373)	(1.330)
	<u>30.245</u>	<u>25.632</u>

Reversão de crédito tributário diferido		
Constituição de passivo tributário diferido	(499)	(109)
Incentivo Fiscal	(16.741)	(14.674)

Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.005	10.849
Taxa Efetiva	15,62%	13,90%

a) **Regime tributário de transição:** A Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais. Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's. **18. Instrumentos financeiros:** Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) **Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: **(I) Risco de crédito** - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; **(II) Risco de preço** - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; **(III) Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; **(IV) Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL; **(V) A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. 19. Partes relacionadas:** Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 639, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. **20. Benefícios a empregados:** A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 50. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **22. Compromissos assumidos:** A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 371.

O Conselho de Administração

A Diretoria

Contadora - Satiko Rosangela Sato Sinbo - CRC 1SP179231/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3
Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-S-5P